

Mesa-Redonda

Os temas que inicialmente propusemos à reflexão das intervenientes, quer por se prenderem com questões por elas focadas nos seus trabalhos, quer por se prestarem a uma discussão de âmbito geral foram os seguintes:

1. Silêncio e linguagem
2. «O sexo dos textos» (cf. Isabel A. Magalhães)
3. A margem e o centro
4. A mulher e as instituições.

Porque quisemos dar um carácter informal a esta mesa-redonda, não solicitámos comunicações escritas às nossas palestrantes, mas intervenções, cujo conteúdo aproximado aqui transcrevemos.

Antes de mais, queria dizer que tenho muito gosto em estar aqui para discutir estas matérias com um público tão variado e provavelmente com ideias diferentes sobre o assunto, o que tornará o debate que vamos ter naturalmente mais interessante. O que gostava de fazer não é propriamente uma comunicação, mas enunciar dois pontos, desdobrados noutros, que nos poderão servir para posterior discussão.

Primeiro, uma espécie de *préalable* à questão central de hoje, a de saber se existe ou não uma escrita no feminino. Todos nós sabemos que, na filosofia ocidental, o pensamento se constituiu, praticamente desde sempre, em torno de um sujeito único. Durante séculos nem sequer se imaginou a possibilidade da existência de sujeitos pensantes diferentes, isto é, que homem e mulher pudessem ser subjectividades distintas. Terá sido no século XIX que surgiu uma maior atenção à realidade do outro como Outro, em multiplicidades várias: as crianças, os loucos, os selvagens, os operários, etc. Começa a dar-se importância a uma diversidade em grupos sociais. Mas mesmo do século XIX, o modelo fundamental do ser humano permanece intocado: modelo único, à partida historicamente masculino e ocidental – o Homem – e, depois, os outros sobre os quais ele pensa. Este ponto de vista, visível na filosofia, é afinal o modelo de toda a cultura ocidental, que é monosubjectiva, monossexual, poderíamos dizer falocrática ou logofalocêntrica (para usar a já tão patriarcal expressão de Derrida). De facto monosubjectiva, ao admitir exclusivamene uma subjectividade: na base há apenas UM, e não DOIS a partir dos quais todas as diversidades se geram.

Ora, o que interessaria a este respeito, não é que haja 1 x 1, que é igual a 1. Mas homem e mulher. E ainda por cima, por herança platónica, fala-se de Homem (no abstracto) como se se estivesse a falar de todo género humano, ignorando que existe um sujeito masculino e outro feminino, *dois* diferenciados, com fundamento afinal a nível ontológico. A diferença social, biológica à partida, é sobretudo histórica e culturalmente construída e manifesta-se a muitos níveis, sobretudo em duas culturas relacionais diversas. Não quer dizer que a outros níveis não haja diferenças também, mas em termos relacionais ela parece uma evidência.

Com tudo isto queria chamar a atenção para a necessidade de se imaginar um horizonte *outro* nas nossas culturas relativamente a este ponto de vista dominante e a este aspecto monodimensional, centrado no ser masculino como ser pensante. Necessidade de um horizonte novo, fora dos já conhecidos, em relação a duas lutas que se processam nas actuais sociedades ocidentais, e não só, e uma a seguir à outra no tempo: a luta pela igualdade entre os sexos e a luta por uma nova diferença entre eles. Teria que haver um «lugar», um Horizonte, fora destes, para além da ideia de igualdade e de diferença. É que tanto uma como outra luta supõem que existe um modelo único, um paradigma. Igualdade em relação a quê? Não será que ao formular o objectivo dessas lutas tudo se mede afinal em relação ao padrão masculino? O estabelecimento de uma igualdade parte deste princípio: existe um modelo fixo a impor, o de uma só subjectividade e suas normas e expressões, a masculina, e permite-se agora às mulheres que usufruam ou que adiram a esse modelo para se tornarem finalmente iguais.

Leio só uma linha de Luce Irigaray (de cujas ideias me sirvo substancialmente nesta introdução ao debate), que num dos mais recentes livros *J'aime à toi* (um título, já por si, bizarro), diz o seguinte: «Il n'est pas question de changer telle ou telle chose dans un horizon déjà défini comme culture humaine. Il s'agit de comprendre que notre interprétation de l'identité humaine est incorrecte, théoriquement et pratiquement».

Um segundo ponto, já mais directamente ligado com a questão da escrita no feminino. Nos vários estudos a que agora se chamam de «género» (a meu ver uma tradução má em português, mas não tenho proposta de outra palavra para a substituir – costume preferir uma paráfrase, por exemplo, «o sexo histórica e culturalmente construído»), tem-se tentado, e é relativamente fácil, descrever traços que caracterizam uma maneira masculina de estar no mundo, até porque ela é a dominante. Menos fácil é, tanto na literatura como noutros domínios, identificar traços do feminino (ou da «femintude», como lhe chamou Rosário Mariano, da Universidade de Coimbra), não só porque ele se tem expressado menos, na escrita como em todos os campos da vida pública, mas também porque frequentemente as mulheres aprenderam bem a lógica e a expressão masculina-padrão, ficando a sua identidade própria sem expressão, silenciada. Muitas vezes corre-se até o risco, mesmo entre mulheres – com a luta pela igualdade ainda na ordem do dia – de ao não escreverem e ao não falarem homem, como se língua fosse, (diz Rosiska d'Arcy de Oliveira, da Universidade do Rio), as mulheres não serem – não sermos – aceites pela sociedade masculina. Com essa suspeita, as mulheres passam rapidamente a falar homem, como sotaque ou sem ele (como diz Rosiska, com graça). [risos] E quando todas as mulheres falarem perfeitamente a língua homem, sem sotaque, o que tem talvez probalidades de acontecer!, então será ainda menos fácil identificar uma linguagem no feminino. Por enquanto, como dizia a Maria José Trigo esta tarde a propósito da língua chinesa, há na língua e seus registos, na construção da linguagem, dos discursos, múltiplas marcas sexuadas.

Parece-me que o facto de as mulheres terem dado respostas próprias aos problemas que tinham de enfrentar (e lembro o que Kristeva disse sobre o assunto), criou ao longo

da História uma espécie de denominador comum entre as mulheres à roda do Planeta, das chinesas às portuguesas. Tendo de fazer face às questões de vida e de morte, de produção e de reprodução material e simbólica, elas criaram qualquer coisa de comum, uma sabedoria milenar, uma atitude relacional própria, a que a literatura naturalmente não ficará alheia. De qualquer modo, a pergunta tem de ser feita: será que as mulheres, ao escreverem, dizem a mesma coisa que os homens, da mesma maneira que os homens (com todas as diferenças entre elas, como as que existem entre um e outro homem)? Será que é possível encontrar esse denominador comum através de toda a diversidade existente, tal como deverá ser possível encontrar outro denominador comum entre aquilo que os homens escrevem? E assim iremos deparar com expressões variadas, tantas quantos os sujeitos, mas onde dois denominadores, duas subjectividades, duas sexualidades, se manifestam?

Gostaria de dar alguns exemplos de marcas do feminino em diferentes tipos de discurso ou de actuação das mulheres. Luce Irigaray fala, no livro que citei há pouco, de uma necessidade das culturas ocidentais que é a da realização da felicidade; segundo ela, esse seria o primeiro dever cultural. Ora parece-me difícil encontrar um pensador-homem que num ensaio tome a felicidade por primeiro objectivo.

A nível do exercício do poder político as diferenças são muito frequentes. Quando o Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo criou um estilo de governação totalmente diferente do habitual, e dentro de uma democracia representativa tentou ensaiar experiências que são de democracia directa, ou quando tentou passar por cima de pesadas burocracias, ou dar prioridade aos socialmente mais «ofendidos», penso que governou de outra maneira, mais feminina, o que, por ser desestabilizador da ordem masculina vigente, terá levado à sua rejeição.

Não parece provável que um homem pudesse dizer (e não é provável porque não temos disso muitas experiências) o que disse, por exemplo, Maria José Nogueira Pinto, quando no governo: que «a marca de uma sociedade desenvolvida é a preocupação pelos mais frágeis e desprovidos». Também Helena Roseta, sendo então Presidente da Câmara de Cascais, ao ver as inundações provocadas pelo mar, chorou antes de pensar e decidir soluções, foi classificada pela imprensa como «emocional» e «frágil». Etc., etc.

Cito agora dois exemplos da literatura. Clarisse Lispector num dos seus livros (*Água Viva*) fala assim da escrita e das palavras: «[...] estou tentando escrever-te com o corpo todo, enviando uma seta que se finca no ponto tenro e nevrálgico da palavras [...]. Ouve-me então com o teu corpo inteiro; ou (em *Um Sopro de Vida*): «Desde criança procuro o sopro da palavra que dá vida aos sussurros[...] Palavra também é coisa – coisa volátil que eu pego no ar com a boca quando falo [...] Há algo esquálido no ar. Aspiro-o sôfrega».

E sobre a escrita também diz Teolinda Gersão: «a palavra dita, rente ao corpo, inseparada do corpo, língua, boca, braço, mão, gesto, movimento do eu ao outro» (em *O Silêncio*); e «Não tentar impor-lhes [às palavras] uma ordem sua, não tentar impor-lhes coisa alguma, aceitá-las apenas, assim, no seu movimento, na sua vida própria [...]

a total não interferência fazia parte do pacto que havia entre ela e as folhas de papel» (em *Guarda-Chuvas Cintilantes*).

Não serão visivelmente femininas estas formas de actuar e de falar da vida, das palavras e da escrita? Haverá que discutir porquê lhes chamamos femininas?

Importaria ainda referir a existência de textos de mulheres que não revelam marcas femininas, tomando, entre tantos possíveis, *Mémoires d'une fille rangée*, de Simone de Beauvoir, como exemplo de uma escrita no masculino (cheio de factos, de cronologias, etc.) em contraste, por exemplo, com os romances e diários de Virginia Woolf, na sua fragmentação, na respiração da escrita e da vida em uníssono, como maneira mais próxima afinal do modo como as mulheres atravessam a vida.

Mas, se é um facto que a divisória entre estas escritas muitas vezes não passa pelo sexo de quem escreve, também é facto que é às mulheres que se deve, como é natural, a maior parte de textos com marcas do feminino.

Isabel Allegro de Magalhães

Para começar, queria classificar os pressupostos em que aceitei o convite para estar presente nesta mesa-redonda sobre *Escritos feministas*. Poderá pensar-se que, tendo feito uma tese de doutoramento sobre uma mulher escritora (Irene Lisboa) e tendo vários ensaios publicados sobre obras de autoria feminina, sou especialista em *women's studies* – o que não é verdade. Esclareço ainda que a análise que faço das formas literárias não partem de pressupostos fixos; procuro instrumentos diferentes para cada tipo de texto que estou a trabalhar e para cada autor, sendo que o meu campo de trabalho são textos do século XIX e do século XX. Por isso pode ser pertinente estar a par do que se passa nos Women's Studies, mas não subscrevo em relação a essa perspectiva, como em relação a outras, qualquer tese extrema.

Sou mulher – o que quer dizer: tenho vivências pessoais, culturais e sociais próprias do que, *na nossa sociedade e no nosso tempo* (Portugal e Europa, últimas décadas do século XX), é ser mulher, mas sou também consciente de que pertenço a uma classe informada dos seus direitos e dos seus deveres, e de que cabe às mulheres como eu, informadas, fazer qualquer coisa no domínio em que trabalham, para que a situação das mulheres menos informadas seja modificada. Qualquer tomada de consciência será uma melhoria. Isto conduz-me ao meu segundo pressuposto, que é o seguinte: há, em Portugal, um organismo que se ocupa dos problemas das mulheres – a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Mas este organismo já se chamou Comissão para a Condição Feminina; devo dizer que prefiro de longe a designação actual, porque o que me interessa em todos os domínios é a igualdade e a paridade dos direitos e não a diferença (que me parece estar implícita numa designação como «condição feminina»), sobretudo se estes forem acompanhados por uma exigência de qualidade e de rigor. Por isto, entremos então no assunto – a questão que me vai ocupar a seguir é saber se há ou não uma escrita feminina. Entro, então, directamente no tema que dá o título a esta sessão: os Estudos Feministas. Vou reportar-me a alguns dos temas que me foram sugeridos pelas organizadoras, mas surgirão, naquilo que vou dizer, outras coisas. Vou tratar

destas coisas dispersamente e a modo meu, provavelmente porque faz parte do meu ser mulher desobedecer à ordem, ou desconstruir a própria ordem que foi proposta. [risos].

Trouxe um texto, que é um fragmento da «minha» autora, Irene Lisboa, e que reflecte justamente se há uma arte de mulheres diferente de uma arte de homens. [texto distribuído aos presentes e analisado] (cf. anexo). Irene Lisboa interroga nesse fragmento a distinção entre uma ordem intelectual feminina, na qual se arrumariam, formando um paradigma, os seres «não pensantes de conformação solta e divagante, os filósofos ou artistas», aqueles que estariam, portanto, ligados à deriva, ao irracional, e, por outro lado, uma ordem intelectual masculina, ligada aos «pensantes», àqueles que são «racionalistas», que estão ligados à razão e à reflexão. A própria Irene Lisboa faz notar que esta classificação é simplista; tomo-a como uma base de reflexão.

Este fragmento de *Solidão* serve aqui para formular uma questão que é a seguinte: há uma especificidade na arte masculina ou feminina, ou há condições sociais históricas e de mentalidade que proporcionaram durante séculos um acentuar da diferença e a supremacia, nas sociedades ocidentais de um determinado sexo, bem como a subalteridade atribuída às mulheres, também no plano intelectual?

Vejamos esquematicamente (como as circunstâncias pedem) algumas referências ao que se passa no campo socio-literário da literatura portuguesa no final do século XIX. Encontramos fundamentalmente escritores homens; há algumas escritoras mulheres, mas são, de facto, em número restrito e as suas obras são de qualidade variável.

A sociedade e a literatura (e estou a referir-me às mulheres da aristocracia e da alta burguesia) acentuam neste período um papel que passa pelo culto da beleza, de uma perfeição e de uma aprendizagem que visa um fim último que é o casamento. Na sequência disso, o exercício de outros papéis, também confinados às mulheres, a saber: a maternidade, a manutenção da ordem familiar e social, implicando a ocupação de tempo com um mundo escondido dos homens, que encontramos representado também em algumas obras literárias. As mulheres desenvolvem ocupações que são totalmente escondidas do mundo dos homens e de que eles só vêm o resultado final.

Por outro lado, neste período (finais do século XIX, princípios do século XX), há um conceito de espaço privado que faz com que dentro da casa, no casal tradicional destas classes, os homens tenham um escritório ou um gabinete e as senhoras, quando muito, uma secretária na sala de estar comum onde podem fazer a sua correspondência e algumas contas domésticas. Os homens têm uma biblioteca a que as mulheres podem eventualmente ir consultar algum livro, desde que não seja demais para as suas cabecinhas. [risos] Os homens são recebidos nas suas casas de família, ou nas casas de família dos amigos, em refeições que parecem sair do nada, dos fundos da casa, representando um quotidiano recalçado; de facto a cozinha, o sótão, os aposentos dos criados, ou das crianças são universos completamente retirados da vista dos homens. No final destas refeições que aparecem como por varinha de condão, os homens ficam na sala a fumar, a tomar café, para discutir as questões importantes, enquanto que as senhoras passam ao salão, onde vão falar dos filhos e das futilidades.

Notemos ainda outros condicionantes desta diferença social, que é construída e que corresponde a uma ordem. Os homens são excluídos de todo o mundo da

maternidade: da educação dos filhos (pelo menos na primeira infância), da educação das raparigas, que é sempre confiada à mãe, cuja imagem são supostas reproduzir. As mulheres não têm acesso ao mundo da literatura, com algumas excepções: algumas grandes senhoras (de que é exemplo a Marquesa de Alorna), mulheres com determinados papéis ou funções sociais – as solteiras (as irmãs Brontë, por exemplo), as religiosas, as extravagantes (como George Sand, por sinal pseudónimo masculino; Sand pensava que o artista deve ser andrógino – interessante questão que poderemos abordar na discussão).

Costuma dizer-se (note-se que não há estudos suficientemente avançados neste domínio para o caso da literatura portuguesa para o podermos afirmar de uma forma peremptória) que as formas de escrita a que as mulheres têm acesso no final do século XIX, princípios do século XX, são semi-privada: as cartas, a poesia, nomeadamente a poesia lírica, o diário ou certos tipos de romance, frequentemente romance centrado na infância, o que teria ver com a radicação do eu, a exemplaridade da história do eu como modo de entender o mundo. Para os homens, neste período, as mulheres são uma margem como tal cultivada.

Estabelece-se uma clivagem entre mundos mentais correspondentes aos papéis do enigma e do segredo organizando-se a imagem do feminino, num mundo dominado pela ordem masculina, em duas polaridades extremas: aquelas que estão ligadas ao Bem, aquelas com quem se casa e são iguais às mães e às irmãs dos homens, detentores de uma ordem simbólica que se perpetua pela procriação legitimada pelo matrimónio; e as outras, ligadas ao campo do Mal, as cortesãs e as prostitutas, assegurando o prazer e o corpo. Na literatura, estes estereótipos têm uma série de consequências, a saber o elaborar de mitos como os da frígida aristocrata, de que temos vários exemplos nos poemas mais antigos de Cesário Verde, ou os mitos da mulher fatal, que é o avatar demoníaco de mitos castradores.

A emancipação da mulher no quadro da igualdade entre os sexos é, como sabemos, um processo em curso. No entanto, as mulheres que hoje escrevem são muitas e de qualidade muito variável, sendo hoje aceites sem discussão enquanto mulheres escritoras. Assistimos ainda hoje à publicação de obras «de autoria feminina», para usar a expressão de Isabel Allegro de Magalhães, com tratamento tradicional de temáticas como o amor (conceito social e culturalmente definido - não o esqueçamos), sem excluir os casos de qualidade literária; alguns exemplos: Fernanda de Castro (sobretudo na sua poesia da década de trinta ou no romance *Maria da Lua – História de uma Casa*), Irene Lisboa (cf. os livros de poemas de 36 e 37, *Solidão*, de 1939, ou *Apontamentos*, de 1943), obras da década de 40 de Sophia de Mello Breyner ou de Agustina Bessa-Luís.

Vemos hoje, olhando retrospectivamente, a partir dos anos 60, a afirmação de várias escritoras de qualidade que se defrontaram com uma situação nacional de tomada de consciência social nas camadas então com acesso à Universidade, ou de tomada de consciência social e cívica em relação à guerra colonial. Por outro lado, nessa mesma década de 60, vemos uma situação internacional em que o caso nacional se insere, caracterizada por movimentos europeus, e outros, de liberalização progressiva dos

costumes e do reforço progressivo da luta pelos direitos das mulheres, mesmo que por vezes assumindo formas extremistas. No entanto, a emancipação da mulher esteve indissolvemente ligada à questão da igualdade, à consciência de muitos homens de que as mulheres são *outro sexo* e não o sexo oposto, à consciência de que os homens e as mulheres têm uma matriz comum de múltiplas consequências entre as quais a do reconhecimento de uma latente bissexualidade (segundo alguns autores) ou androginia (segundo outros), e também a condições sociais e históricas que têm a ver com certos estereótipos ligados à mulher.

Alguns deles, como por exemplo a casa ou a mãe, parecem-me falsos, se radicalmente atribuídos à mulher. Penso na importância da casa em romances como *Amadeu ou Quinta das Virtudes*, de Mário Cláudio, nos últimos romances de Vergílio Ferreira; no que diz respeito à mãe e à infância, que seriam grandes avatares do feminino, que se poderá dizer, por exemplo, de metade da obra de Eugénio de Andrade, dominada pela questão da mãe? Ou então, ainda falando de estereótipos, que dizer de escritores tão masculinos, como Luísa Costa Gomes ou Agustina Bessa-Luís? Penso ainda na reivindicação de uma sensibilidade feminina por escritores como António Alçada Baptista.

No ano passado, numa acção promovida pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres, participei num atelier sobre estas questões e fiz uma experiência em que foram distribuídos um conjunto de textos sem indicação do seu autor e para serem trabalhados pelas pessoas participantes no atelier, de forma a descobrirem, pela análise das características estilísticas, o sexo do autor. Os textos estavam distribuídos pelos seguintes temas: infância, maternidade, criadas, papéis femininos tradicionais, retratos e a questão da identidade. Os resultados foram muito interessantes, porque as pessoas erraram a maior parte das identificações. Nestes textos, por exemplo, havia a descrição de um parto que toda a gente identificou como sendo de autoria feminina e que era extraído de *Daqui a nada*, de Rodrigo Guedes de Carvalho (1992); outro exemplo extremo de um homem que entendeu perfeitamente a mente das mulheres (muito melhor do que muitas mulheres escritoras) foi Nuno Bragança, nos fragmentos do diário de Zana no romance *A noite e o riso*, de 1969, – a que, neste atelier, foi atribuída autoria feminina.

Penso, enfim, como Mona Ozouf (em entrevista a propósito do seu livro *Les mots des femmes. Essai sur la singularité française*, 1995), que «Determinar [assigner] a escrita ao sexo é fechar sobre si mesma uma actividade que protesta contra o fechamento» (*Lire*, Abril 1995). Nos estudos literários e para o caso português, pelas razões de que procurei traçar um breve historial, a perspectiva dos estudos feministas parece-me pouco produtiva se se quiser tomá-la em exclusiva, desligando-a de um contexto e de outros instrumentos de análise. Para mim, em conclusão, igualdade e especificidade são um par dialéctico indissolúvel – na escrita como na vida.

Paula Morão

Mulheres! Nos tempos que correm, de vós as mais lidadas e as mais ouvidas, a uma tarefa vos devéis dar: a de derrubar o preconceito de que há uma *arte feminina*, arte de mulheres, diferente da dos homens.

Ainda não percebi que bases tem uma tal arte. Nem até o que chega a significar *intelectualidade feminina*, inteligência de mulheres, distinta da dos homens.

Distinguir, como se tem pretendido, arte feminina de arte masculina, parece-me coisa bem temerária e difícil.

Eu sei que há gente que empiricamente resolveria a questão: dividindo, por exemplo, o mundo entre pensantes e não pensantes. Não pensantes seriam os espírito de conformação solta e divagante, filósofos ou artistas. Os outros seriam os racionalistas, os pensantes.

E assim teríamos intelectualmente dividido o mundo em feminino e masculino. Não seria a ordem fisiológica sexual que dividiria, porque muitos homens entrariam na categoria de *femininos mentais*. Seria a própria qualidade da mente, ou a sua forma típica, de exercício.

Mas esta classificação não deixa de me parecer insuficiente, muito larga e simplista. Pretende atingir realmente a forma do pensamento, mas atribuindo-lhe muito pouca variedade. É demasiado processual.

Ora, a minha curiosidade vai toda para as características variadas da arte e dos espíritos. *Mente feminina* (irracionalista) e *mente masculina* (racionalista) não distinguem nem especificam bem os tipos de arte e de pensamento. Quanta coisa não deve ficar fora desta divisão? E não distingue, realmente, a arte feminina da masculina! Um pensamento de mulher do de um de homem...

Mas existirá uma arte que se possa caracteristicamente apodar de *feminina* ou de *masculina*?

A arte nas mãos das mulheres tomará configuração especial? Diferente daquela que toda a criatura imprime individualmente à sua obra?

Como distinguiríamos, para esta classificação, uma obra de arte? Por aquilo a que podemos chamar a sua substância: a tese, a moral, o estilo? Que é que pode realmente marcar as tangentes entre arte masculina e arte feminina?

Um livro de mulher, Agnés Smedley, sobre a China em guerra, é que me levantou todo este alvoroço mental.

Penso que os homens sempre habituados às divisões e às definições, e também à galantaria, se separam das mulheres, mesmo no campo da inteligência, sem razão!

Este livro de Agnés Smedley, cheio de vibração, seguro, áspero e copiosamente documentado, podia admiravelmente passar por um livro de homem. Porque não? Lendo-o reconhece-se nele os poderes intelectuais que o criaram e abala-se-nos o tal preconceito da arte *de cachet* sexual. Arte de mulher, arte de homem?

As condições físicas e sociais da vida não influirão activamente na nossa estrutura mental? A autora deste livro devia ter feito a guerra como um homem; não no-lo diz, mas deixa-o suspeitar. O seu livro não é o de uma dama repousada, é um livro rijo e determinado.

Como podemos supor, ao lê-lo, que no campo da arte um homem se distingue absolutamente de uma mulher?

Pearl Buck, outra escritora, dos nossos dias, no seu encantador livro sobre a China rural, *The Mother*, exerce também uma análise subtil e sem desfalecimentos sobre o povo chinês. É um livro apiedado, de facto, mas a piedade não é uma característica feminina, e nem define a arte,

sequer. O que P. Buck neste seu livro mais denota é uma fina metodização do romance. Cada uma das suas figuras se apresenta com um ritmo perfeito de vida. As observações e a atenção da romancista ao desenrolar do seu romance são sempre correctas e úteis. Tudo o que o seu espírito nos oferece significa entendimento de um género de moral e de vida. O meio físico em que a anedota assenta também é muito amoroso e completo, muito bem mostrado.

Mas não é seguramente este sentido de ordem, de realidade e de nitidez que de ordinário se considera apanágio da *arte feminina*...

Eu não creio, porém, que estas duas mulheres constituam excepções no mundo feminino. Se não espíritos de eleição, sê-lo-ão no mundo geral.

Irene Lisboa, *Solidão – Notas do Punho de uma Mulher*,
4ª ed., Lisboa, Presença, 1992 (1ª ed. 1939), pp. 136-38

1. *Os estudos sobre a mulher*

Be more radical than anyone has ever been about the unknown, because what has never been asked is probably what we must need to know.

Mackinnon, 1987

«Estudos sobre a Mulher» conceito amplo em que se insere a investigação e o ensino sobre questões relativas à situação da mulher. O triplo aspecto (intelectual, psicológico e político) de tal metodologia (existencial?) de investigação é desvendado. Há que rever e tornar visível a presença da mulher e o seu contributo na história, na literatura, nas ciências, na vida económica e social. Procura-se a re-interpretação e análise das diversas realidades, ultrapassando estereótipos sociais e culturais, de que resultará uma nova consciência de igualdade que se traduzirá num assumir e partilhar o poder em novos moldes. Critica-se e rejeita-se papéis sociais a que correspondem qualidades definidas de acordo com o sexo. Examina-se o mundo e os que nele habitam à luz da experiência das mulheres. Investiga-se se existirá uma cultura feminina, modo de ser diverso dos estereótipos de poder, ambição e competitividade que são veiculados na sociedade urbana ocidental. Pergunta-se se o modo feminino de viver valores de serviço, respeito pelo outro, empatia, criatividade, não poderão significar contribuição da mulher para uma sociedade mais igualitária.

Do mesmo modo que, há cinco séculos, quando os europeus desembarcaram nas ilhas e na costa da América, afectaram a humanidade inteira, a crescente entrada das mulheres em espaços sociais e políticos anteriormente só frequentados por homens constitui um encontro e confronto imprevisíveis entre dois mundos. Acontece, porém, que, no caso das mulheres, foram os colonizadores os invadidos. Tal como no tempo dos descobrimentos «as imagens fantásticas dão lugar a outras mais prosaicas que

procuram identificar os indígenas a partir das concepções e princípios dos colonizadores - pelo que aqueles não são ou não têm, por comparação com estes». E também aqui as «imagens sustentam relações marcadas pela vontade de impôr, cinicamente ou com boas intenções, modelos para a mudança cultural dos grupos sujeitados; que os transformem no sentido da sua assimilação pela sociedade dominante» (Barroso: 1994).

E acontece o fenómeno comum «face à realidade do contacto e da interacção prolongados» (id.): formam-se estratégias de afirmação de identidades, o que determina transformações nas duas culturas em presença. Assim, ao choque-encantamento perante o desconhecido sucede a tutela, a tentativa de integração e de domínio - até à afirmação das identidades. Mas existirá uma cultura feminina?

Não basta reconhecer e dignificar, digamos, *funcionalmente*, a mulher. É preciso aceitar-se a dualidade de cultura que é consequência fatal da dualidade dos sexos. Porque a instrução, toda, desde a primária à superior, e a educação cívica são, e têm de ser, assexuadas. Mas a cultura, aquilo que se não ensina nem a um nem a outro, aquela formação que depende do indivíduo, é masculina ou feminina (Sena: 1947).

A cultura das mulheres será pois o espaço onde a componente feminina do ser humano se organiza e formula. Espaço da intuição, do racional não-lógico, do inter-pessoal tecido em comunicação intensamente verbalizada ou de silêncios pesados. E o discurso surge consubstanciado em símbolos - o bordado; contam-se em catadupa através de histórias pormenorizadas de um quotidiano desprezível na perspectiva da cultura dominante - porque não racional, não abstracto, não lógico.

Os Estudos sobre a Mulher colocam a experiência das mulheres no centro do processo focalizando preferencialmente essa experiência. A pesquisa para as mulheres investigadoras será uma das pedras da solidariedade colectiva possibilitando levantar questões centrais sobre a situação da mulher. Alain Touraine na sua obra *Le Retour de l'Acteur* afirma: «O movimento cultural mais importante na hora actual é o das mulheres. Por um lado, opõe-se à condição feminina tradicional, transformando a nossa imagem do sujeito; por outro lado, está dividido entre duas tendências que representam de facto forças sociais opostas: uma tendência liberal, lutando pela igualdade e que atrai categorias sociais elevadas (é mais interessante reclamar o acesso ao exercício da medicina ou ao Parlamento, que a tarefas não qualificadas); e uma tendência radical que luta pela especificidade mais que pela igualdade, desconfiando mesmo das armadilhas desta, e combate uma dominação ao mesmo tempo social e sexual quer ligando a acção das mulheres à do proletariado, quer denunciando a dominação sexual quer enfim opondo uma concepção relacional da vida social, mais próxima da experiência biopsicológica das mulheres, a uma concepção tecnocrática de origem masculina»:

No modelo de investigação proposto a experiência das mulheres é colocada no centro do processo, atravessando a própria vida das investigadoras, que descobrem a sua dupla posição de mulheres e académicas. Enquanto mulheres são afectadas pela opressão sexista, enquanto académicas compartilham os privilégios de uma elite acadé-

mica (masculina). Porque envolvidas com e na realidade, a sua postura não pode ser distanciada; enquanto investigadoras são aconselhadas a reprimir emoções visando a produção de dados objectivos: «O princípio metodológico de um enfoque neutro, livre de valores, não-envolvido, que é parte de uma relação não recíproca entre o objecto e o sujeito da pesquisa - o que sem dúvida constitui o postulado metodológico decisivo da pesquisa positivista das ciências sociais - coloca as mulheres académicas numa posição esquizofrénica. Se tentam seguir este postulado, têm que reprimir, negar ou ignorar constantemente sua própria experiência de opressão sexista e tentar viver dentro dos padrões racionais de um mundo académico altamente competitivo e dominado pelos homens» (Mies in Cappela: 1982).

Este impasse pode porém originar o ponto de partida para «um novo enfoque metodológico». As mulheres investigadoras passarão a integrar a sua própria experiência de opressão e discriminação no processo de pesquisa. «Os membros dos grupos subordinados devem, se querem sobreviver, desenvolver-se ao mesmo nível que os outros grupos, ao mesmo tempo que permanecem plenamente conscientes da realidade quotidiana de sua opressão, qualidade esta que os grupos dominantes não possuem» (Leavitt, Sykes, Weatherford: 1975, in Cappela: 1982). Desta vivência existencial da opressão resultará aliás, segundo alguns autores (Nash: 1974, in Cappela: 1982), a maior capacidade das mulheres para empatizar com os oprimidos e a sua mais profunda imaginação social e sociológica.

2. Pressupostos metodológicos

Although participant observers have a methodology to follow and perhaps some general research interests, the specifics of their approach evolve as they proceed.

Taylor, J. Steven e Bogdan, Robert: 1984

A metodologia feminista de investigação apresenta, nas suas versões mais actuais, alguns pontos coincidentes com a crítica à metodologia quantitativa predominante nas ciências sociais.

Maria Mies declara: «Há uma contradição entre as teorias e metodologia prevalentes nas ciências sociais e os objectivos políticos do movimento feminino. Se os estudos sobre a mulher devem ser transformados em instrumentos para a liberação, não podemos usar a metodologia positivista, quantitativa, de forma a-crítica. Se os Estudos sobre a Mulher usarem essas velhas metodologias, eles se transformarão em outro instrumento de repressão» (Mies, in Cappela: 1982).

O postulado da pesquisa livre de valores, da neutralidade e indiferença ante os objectos da pesquisa deve ser substituído pela parcialidade consciente, que é

obtida através da identificação parcial com os objectos da pesquisa. Esta identificação não será difícil para as mulheres que integram sua consciência dupla na pesquisa, de forma deliberada e activa (id.).

O «conhecimento espectador» (Maslow), contemplativo e não envolvido, é substituído por uma participação activa em acções, movimentos e lutas pela emancipação feminina. A pesquisa constitui-se parte integrante dessas lutas. No cerne da discussão metodológica dos estudos sobre as Mulheres está a integração da prática e da pesquisa na linha inicialmente definida por Mao-Tse-Tung nos seus trabalhos sobre prática e contradição e em oposição a Max Weber relativamente à separação da ciência e da política. Acrescente-se ainda que esta linha metodológica está muito próxima do processo de conscientização defendido por Paulo Freire, segundo o qual a investigação deve constituir-se nesse processo para sujeitos e objectos da pesquisa. Os objectos da pesquisa deverão, segundo Freire, transformar-se em sujeitos da sua própria pesquisa e acção. O movimento feminista aborda ainda a função social da própria pesquisa: a colectivização das experiências das mulheres. Este objectivo ajudará as mulheres a superar o seu isolamento estrutural e a superar o individualismo, a competição, o carreirismo, dominantes entre os homens investigadores. A pesquisa para as mulheres investigadoras será uma das pedras da solidariedade colectiva do movimento possibilitando levantar questões centrais sobre a situação da mulher. A informação virá das mulheres, receberá delas a angústia da impossibilidade visceral de generalizações, pretende ser-lhes devolvida para reflexão e reapropriação.

3. Implicações nas áreas do direito e da política

3.1. O tecido legal

O mundo do Direito é um *universo masculino*, assente numa racionalidade lógica/dedutiva, que *tradicionalmente* e dir-se-ia que por definição vem pretendendo cristalizar/normalizar o que se julga deve ser o papel das mulheres e dos homens. Um dos discursos sobre as mulheres é pois o jurídico.

Compara-se muitas vezes a luta de libertação das mulheres as lutas de emancipação dos povos, das etnias, de grupos raciais. Como refere Eliana Vogel-Polsky, esta comparação não realça a singularidade da condição das mulheres na elaboração dos direitos. É que assimilar o motivo sexo a outros motivos que impedem a discriminação é considerar que aquele poderá ser base de um tratamento anti-discriminatório – e que bastará eliminá-lo para que a igualdade surja. Mas na maioria dos casos conceder às mulheres e aos homens o mesmo tratamento legal conduz a negar a justiça às mulheres – é o que evidencia a realidade social. Tenta-se içar as mulheres a uma condição, estatuto e tratamento iguais aos dos homens, modelo implícito da pessoa humana abstracta, titular de direitos fundamentais. Em Portugal, como em todos os países do mundo, a igualdade entre os sexos foi sendo construída através de uma sucessão de momentos,

diacronicamente. Esta mesma diacronia é somente visível para o caso da igualdade das mulheres e testemunha a construção sexuada do direito. Desta construção da igualdade jurídica dos sexos (e não entre os sexos, como vulgarmente se nomeia) por etapas sucessivas decorrem disfunções dos instrumentos conceptuais utilizados que não são mais que os instrumentos da cultura jurídica dominante. Instrumentos concebidos por homens, para os quais o referente a partir do qual se constrói o direito é masculino. A título de exemplo, e citando a autora referida, lembre-se alguns desses instrumentos: o recurso a classificações, a proibição paradoxal de operar discriminações positivas, o carácter subsidiário da igualdade entre os sexos.

A noção «unilateral de igualdade» em que o masculino é paradigma deverá dar lugar à noção de equivalência e reciprocidade. É a «igualdade inédita» a aceitação da diferença sem hierarquias, sem simbiose, sem ambiguidade.

Com Darcy de Oliveira (1989) afirmo que «fundamentar a igualdade numa relação de similitude não será felizmente nem possível nem desejável. Isto porque se estará a desprezar a diferença inscrita na realidade irredutível do corpo, corpo feito de carne e espírito que fundamenta a verdadeira alteridade e que permanece o lugar do encontro mais profundo». E aqui se insere a noção de «genero», em uso há mais de dez anos dos países anglosaxões designando o que se refere à diferenciação social entre os sexos. Esta noção terá a vantagem de sublinhar a necessidade de separar as diferenças sociais das diferenças biológicas. A divisão sexual das tarefas, não decorrerá pois de diferenças biológicas mas foi sendo construída pela sociedade. A análise, em termos de género põe no centro das suas preocupações a distribuição do poder e dos recursos entre homens e mulheres, e as imagens e símbolos associados às suas relações. Género é pois uma categoria construída socialmente no meio laboral, na família, na escola, na política, no meio económico e na cultura.

A consideração do *género* (feminino e masculino) como elemento fundamental da humanidade, sublinhando a importância da igualdade para todos e todas, no interesse da democracia, torna necessário o recurso à noção de paridade e democracia paritária, democracia baseada no igual valor e dignidade dos dois sexos.

Em Portugal alteraram-se as leis, e pudemos dizer um dia que não existiam discriminações baseadas no sexo. Afirmou-se que ao Estado compete assegurar a igualdade de oportunidades «para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais». Garantiu-se a igualdade de salários. Quis-se garantir a «realização profissional das mães» e a sua participação na vida cívica do país». Afirmou-se a maternidade (e a paternidade) um valor social eminente. Disse-se que as mães têm direito a uma protecção no trabalho, durante a gravidez e puerpério, e criou-se a licença de maternidade.

Transpôs-se estes princípios constitucionais para as áreas do direito de família e do trabalho. Garantiu-se a igualdade de acesso ao emprego e a igualdade de tratamento entre os sexos. Proibiu-se a discriminação, garantiu-se o acesso das lesadas aos tribunais. Obrigou-se o Estado a ter em especial atenção a formação profissional das mulheres. Em sede de Direito Penal, despenalizou-se a prostituição, penalizou-se o proxeneta, ignorou-se o cliente.

O Prof. Boaventura Sousa Santos (1989) declara: «Não se desconhece que as declarações dos direitos humanos têm eficácia simbólica em si mesmas mas exige-se que essa eficácia não se obtenha à custa da ocultação da discrepância entre tais declarações e a vida prática dos cidadãos, exige-se em suma que os direitos humanos sejam efectivamente aplicados. O projecto de modernidade sacralizou o direito e trivializou os direitos. Temos agora de fazer o trajecto inverso: trivializar o direito e sacralizar os direitos.» Nessa via de concepção mais humana do direito as mulheres terão uma palavra a dizer, creio. Na esteira de outros movimentos sociais, e ainda segundo o pensamento de B. Sousa Santos, poderão testemunhar uma concepção cada vez menos resignada com a mera promulgação dos direitos humanos e cada vez mais atenta às práticas quotidianas em que se satisfazem efectivamente as necessidades básicas não só as necessidades materiais mas também as afectivas e expressivas...».

Um texto do Seminário sobre Democracia paritária organizado pelo Conselho da Europa em 89 afirma que «os problemas da igualdade são hoje problemas práticos e já não teóricos, são problemas de difusão e não de concepção».

Um texto do Conselho da Europa declara que «sendo a igualdade o princípio base e objectivo final a atingir, deverá ser adoptada e definida uma nova estratégia sobre o igual valor e dignidade dos dois sexos: o conceito e a implementação da democracia paritária».

Exorcizou-se o demónio da discriminação; no entanto, no quotidiano de cada mulher ele vai irrompendo. Discriminação com raízes sociais e culturais profundas de que a prostituição é um arquétipo dolorosamente evidente. Discriminação de que as mulheres dificilmente se libertarão enquanto se não libertarem no plano económico. Não afirmarei que a independência económica determina inelutavelmente a emancipação. Mas digo que esta não se realiza sem aquela.

Um estudo recente refere que as mulheres portuguesas trabalham em média mais de 70 horas enquanto os homens trabalham 42 (Sequeira: 1993). Esta sobrecarga feminina (a mais pesada em termos de Europa Comunitária) decorrerá, segundo a autora «da persistência da mentalidade de macho latino que implica que os maridos partilham raramente os trabalhos domésticos e a educação dos filhos».

Constata-se no entanto a substituição do modelo de relações familiares de carácter autoritário por um modelo democrático. A família repousa menos na autoridade dos pais (ou do pai): a intervenção dos filhos é hoje mais evidente. Sondagens confirmam que os jovens sentem-se bem na família e que não desejam separar-se dela. A segurança afectiva e o bem estar material parecem ser as razões.

Dado que há condições de vida profundamente diferentes – vários países no mesmo país! – a crise económica, e os valores, são vividos de modo diverso. Um estudo (França, Luís: 1993) demonstra que na hierarquia de valores seleccionada (trabalho, família, amigos e lazer, política e religião) a família é aquele que ocupa o primeiro lugar no quotidiano dos Portugueses. Jovens e velhos, mulheres e homens, meio rural e urbano, analfabetos ou não, católicos e ateus – há um consenso absoluto sobre a importância decisiva da família e do seu papel gratificante. A família aparece como o suporte por

excelência da realização afectiva do indivíduo. Nesse estudo refere-se uma taxa elevada de indivíduos que define para as mulheres, de um modo aparentemente paradoxal, valores de orientação para a vida profissional e, ao mesmo tempo, valores de orientação preferencial para a vida doméstica – o que mostra que as alterações culturais não se processam ao mesmo ritmo nem com a mesma intensidade no que respeita aos diversos aspectos da vida familiar. Esse estudo reforça também a constatação de que há uma distância entre o plano abstracto dos valores em que orientações divergentes podem coexistir e o plano da existência quotidiana com as suas tensões, as difíceis opções ou soluções de compromisso. Nota-se no entanto no mesmo estudo que a orientação para a vida profissional é mais acentuada nos grupos mais jovens e mais escolarizados, nas camadas sociais mais elevadas e urbanas.

Uma das representações mais comuns na sociedade portuguesa seria a de que as mulheres devem desempenhar um papel social por excelência: o da maternidade. Este modo de encarar a identidade social da mulher sugere que a taxa de actividade feminina que se verifica em Portugal pode não indicar emancipação e abertura a novos campos de intervenção às mulheres. As mulheres portuguesas trabalham por tradição e sobretudo porque precisam enquanto fonte de financiamento do orçamento familiar. Mas verifica-se nas mulheres uma tendência para valorizar mais que os homens o exercício feminino da actividade remunerada, o que pode indicar que a sua entrada ne esfera profissional seria também encarada como elemento de emancipação.

Um estudo elaborado pela CIDM (não publicado) sobre as cartas dirigidas por mulheres a esta Comissão refere que os assuntos mais abordados não são a discriminação, a igualdade ou os maus tratos, mas questões relativas a pobreza e dificuldades de subsistência. As estruturas de apoio na sociedade portuguesa são raras e geralmente caras. Para as mulheres portuguesas o emprego raramente significará libertação ou realização pessoal. Trata-se sobretudo de sobreviver, gozando uma experiência de contactos sociais que elas valorizam.

A investigação terá aqui um papel importante no que repeita à análise de novos modelos de desenvolvimento e de sociedade, hipoteticamente subjacentes, visando a partilha do trabalho, das responsabilidades familiares e do lazer.

Sectores privilegiados da sociedade portuguesa começam a falar de questões relativas a novas formas de organização do trabalho, de conciliação entre tempo de trabalho e vida familiar. Fala-se de melhores e mais rápidos transportes e flexibilidade do tempo de trabalho, habitação, de modalidades de apoio à guarda de crianças, de redução e flexibilidade do tempo de trabalho, melhores oportunidades de realização profissional visando a realização pessoal ou a necessidade de melhor encarar o facto de viver só (divorciada, com o encargo de crianças). Mas a grande maioria da população nem tem tempo para pensar: tenta-se encontrar um segundo ou terceiro emprego para pagar ou a casa ou a ama.

A fragilidade ou fraca vitalidade da sociedade civil determinam que os assuntos de interesse nacional (relativamente à mulher, família ou outros) são discutidos com enorme emoção e superficialmente, caindo rapidamente no esquecimento.

Constata-se a existência de leis cuja regulamentação não foi publicada. Por outro lado, há leis cujos objectivos não são atingidos, e, não havendo estudos de impacto, as possibilidades de correcção não se afiguram evidentes

Discute-se sobre a urgência de publicação, sistematicamente adiada, de leis urgentes – v. g. pensão alimentar. Os estudos de avaliação (e não só estudos de impacto mas também estudos qualitativos) são raros.

3.2. Mulheres e desenvolvimento

... limar as arestas das racionalidades que os homens construíram... com dois grandes sintomas: a poluição e o stress quotidiano; a outra tarefa é tornar solidário o que é actualmente individualismo exarcebado, que a concorrência abra lugar também ao sustento mútuo entre nós.

Fernando Belo, 1989

Se não fossem as mulheres falarem umas com as outras já os homens teriam perdido o sentido da casa e do planeta.

José Saramago, 1984

Ser mulher é algo que muda («as jovens de hoje já não são como no meu tempo») Alteração muitas vezes percebida como fora do controlo: é a sociedade que se altera e a vida transforma-se em corrida acelerada para não perder o último comboio. Para mulheres de idade madura é a perda de identidade e de sentido vital que gera problemas graves, para outras mais jovens a angústia de um futuro incerto.

Outras enfrentam com serenidade novas situações adaptando a sua actividade pessoal. Pedem a acção do Estado. Noutros momentos a alteração aparece como resultado de esforços de uma geração mítica (não muito representativa na alteração legal em Portugal); e aparece o desejo de integração nos lugares em que se tomam decisões.

Surgem conceitos ligados a movimentos feministas: aparentados cada vez mais com movimentos alternativos. Proclama-se a necessidade de alterar o mundo masculino, constata-se a ausência de modelos: as mulheres sabem que já não são o que eram mas não sabem claramente o que são.

Confrontam-se com a reivindicação do direito ao trabalho, assumem todos os dias a identidade profissional que despem ao entrar em casa, ao cair da noite. Há quem fale da necessidade de iniciar um movimento contra a culpa, que torne as mulheres mais livres para participarem política e civicamente. Também culpa das donas de casa: porque são «só» isso... porque a família, os filhos são coisas de mulheres, mas a organização de tudo isso é ditada por políticos, etc., que são homens...

Às mulheres cometerá o nosso tempo a tarefa da construção da ponte entre a lei e a vida, respeitando as diferenças e exigindo que a maternidade não seja factor de

discriminação e ansiedades. Às mulheres tem de ser reconhecido o direito de escolher e viver a maternidade com prazer.

Está ultrapassada a etapa do pensamento científico em que se acreditou que para haver desenvolvimento seria suficiente acelerar os mecanismos de crescimento da actividade económica nomeadamente através da criação e da expansão das actividades industriais e que para tal seria bastante aumentar os investimentos. Constatou-se que o crescimento económico pode ser bloqueado por outros factores além da falta de investimentos, nomeadamente comportamentos humanos. Verificou-se que o crescimento económico baseado na industrialização provoca situações de dualismo no seio das economias tradicionais e reforça a brecha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Por isso se define hoje desenvolvimento como um processo de mudança global que atinja não só a economia mas também o comportamento das pessoas, as relações sociais, os valores e as instituições. Mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas e visando aumentar o nível de satisfação das necessidades e das aspirações das populações. Mudança que mobiliza os recursos disponíveis e potenciais com vista à optimização da sua utilização. Mudança participada a todos os níveis. Lutar para libertar uma sociedade dos constrangimentos económicos, sociais ou culturais exige que se conheça e se utilize o que existe. Exige também um espaço no qual a criatividade de uma sociedade se possa exprimir colectivamente.

«A humanidade tem capacidade para tornar sustentável o progresso, para assegurar que pode dar satisfação às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras poderem satisfazer as de então», afirmava em 1987 a Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento ao definir desenvolvimento sustentável. E acrescentava ainda: «... não é um sistema fixo de harmonização, mas antes um processo evolutivo onde a exploração dos recursos, o sentido dos investimentos, a orientação do desenvolvimento ecológico e as modificações institucionais sejam consistentes com as necessidades, as presentes e as futuras» ... «daí que, para achar novas soluções, sejam precisos programas de desenvolvimento, em especial para melhorar a posição da mulher na sociedade».

Esta noção de desenvolvimento leva-nos a concluir que as mulheres (enquanto sujeitos de direitos e recursos humanos disponíveis) são importantes no desenvolvimento, não só como beneficiárias mas autoras. A mulher está «no coração do desenvolvimento»: elas estão em maioria na agricultura, no cuidado das crianças e no trabalho doméstico. Desempenham um papel importante no aumento dos rendimentos familiares. No entanto a maior parte do trabalho das mulheres é invisível e não é contabilizado nas estatísticas nacionais.

Uma consulta, ainda que apressada, às estatísticas informa-nos que a mulher tem larga participação na vida económica e social. A questão será de promover a sua integração em termos diversos, de modo a atingir um desenvolvimento não só eficiente mas mais justo. Muitos projectos ditos de desenvolvimento têm ignorado as necessidades das mulheres, acreditando os seus promotores que «obviamente» as mulheres seriam

beneficiadas. Desta insensatez resultou um crescimento incontrolado da população, altas taxas de mortalidade infantil, maior debilidade económica, decadência da agricultura, deterioração ambiental, mais acentuadas assimetrias sociais e menor qualidade de vida.

Desenvolvimento local implica que todos(as) os/as cidadãos(ãs) têm uma palavra a dizer, e que a sua palavra é importante. Desenvolvimento local é algo que se constrói a partir da base, de acordo com as necessidades, aspirações, tradições, necessidades das pessoas. Desenvolvimento local é um processo democrático e por isso participado.

Ultrapassada a etapa do pensamento científico em que se acreditou que para haver desenvolvimento seria suficiente acelerar os mecanismos de crescimento da actividade económica, *maxime* através da criação e da expansão das actividades industriais, e que para tal seria bastante aumentar os investimentos, constatou-se que o crescimento económico pode ser bloqueado por outros factores além da falta de investimentos, nomeadamente comportamentos humanos. Verificou-se que o crescimento económico baseado na industrialização provoca situações de dualismo no seio das economias tradicionais e reforça a brecha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Por isso se define hoje desenvolvimento como um processo de mudança global que atinja não só a economia mas também o comportamento das pessoas, as relações sociais, os valores e as instituições. Mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas e visando aumentar o nível de satisfação das necessidades e das aspirações das populações. Mudança que mobiliza os recursos disponíveis e potenciais com vista à optimização da sua utilização. Mudança participada a todos os níveis.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano divulgado pela ONU afirma que «de todas as desigualdades do desenvolvimento humano, a mais flagrante é a que diz respeito aos dois sexos».

O *Banco Mundial* declara que a política mais eficaz contra a pobreza no mundo em desenvolvimento consiste em conseguir que as raparigas entrem no sistema educativo e aí permaneçam o máximo tempo possível: tal medida tem impacto no aumento da produtividade, na melhoria da saúde da família, na redução da taxa de natalidade e na prevenção da SIDA e outras doenças.

A *Conferência Mundial da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento* (Janeiro de 92) apontou o papel fundamental das mulheres no desenvolvimento sustentável e na protecção do ambiente.

A *Comunicação das Comunidades Europeias de Dez 92 sob o título «Para uma Europa das Solidariedades - Intensificar a luta contra a exclusão social, promover a integração»* considera a exclusão social um desafio cuja natureza se alterou, um fenómeno estrutural, revestindo situações multiformes com riscos de agravamento, dada a evolução do emprego, a diversidade geográfica, a fragilização das estruturas familiares.

O *Relatório da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu* (Março de 93) sobre a criação de empregos a favor das mulheres. O referido relatório e a proposta de resolução que lhe é anexa apoia as acções que promovam a inserção da mulher na vida económica activa. Afirma o seu interesse pelas iniciativas locais de

emprego de mulheres. Defende a articulação entre políticas, e a sua integração, particularmente no que respeita à regionalização da actividade económica e sublinha o papel que as ILE de/para mulheres representam numa estratégia de desenvolvimento. Estimula a diversificação profissional e sectorial das ILE para mulheres em ordem a contrariar a feminização de profissões e sectores de actividade. Sublinha a importância dos apoios regionais.

Acontece, porém, que as instituições continuam em grande parte cegas ao género e a cultura das mulheres. O estereótipo da família nuclear e o modelo de família burguesa determinaram padrões de comportamento muito diferenciados entre mulheres e homens. As mulheres acumularam saberes e experiências da esfera privada: a capacidade de escuta, o apoio afectivo, a cooperação, o detalhe, a capacidade intuitiva e emocional, a relação com a natureza, o silêncio e reserva que confere invisibilidade. Tais saberes e experiências não são porém socialmente valorizadas e as mulheres em geral sentem-se alheias e desmotivadas relativamente à política. Entende-se actualmente que os impasses sociais só poderão ser ultrapassados se toda a sociedade praticar uma cultura da solidariedade: as mulheres têm especial prática neste sector.

Por outro lado as modernas técnicas de gestão de recursos humanos apelam para a polivalência e flexibilidade, práticas que integram o quotidiano das mulheres. As mais recentes descobertas científicas referem que pensamos como coração (Damásio, António: 1995): as mulheres sempre souberam e praticaram isso, mas foram geralmente punidas ou desvalorizadas por esse facto.

Barroso, José Manuel, «Memória da Amazônia. Afirmar a Diferença», in *Diário de Notícias*, Cultura, 15 de Setembro de 1994.

Belo, Fernando, «Feminino/Masculino, dispositivos em metamorfose», in *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, Cad. Condição Feminina, nº 3, 1989.

Cappela, Wanda Maria Lemos et al., *A Metodologia de Estudos sobre a Mulher*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade, 1982.

Damásio, António et al., *O Erro de Descartes*, Lisboa, Bertrand, 1995.

França, Luís de et al., *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED, 1993.

Mackinnon, Catherine A., *Feminism Unmodified. Discourses on Life and Law*, Harvard, Harvard University Press, 1987.

Oliveira, Rosiska Darcy, *Le Féminin Ambigu*, Genebra, Le Concept Moderne/Éditions, 1989.

Santos, Boaventura de Sousa, «Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade», in *Direito e Sociedade*, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos sobre o Direito em Sociedade, 1989.

Saramago, José, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Caminho, 1984.

- Sena, Jorge de, *Florbela Espanca ou A Expressão do Feminino na Poesia Portuguesa*, Porto, Biblioteca dos Fenianos, 1947.
- Sequeira, Fátima, *Un*, Açores, 1993.
- Simões Lopes, A., *Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- Taylor, J. Steven and Bogdan, Robert, *Introduction to Qualitative Research Methods. The Search for Meanings*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1984.
- Touraine, Alain, *Le Retour de l'Acteur*, Paris, Fayard, 1984.
- UNIFEM, «Women, Environment Development», in *Agenda 21, An Easy Reference to the specific Recommendations on Women*, 1992.
- Vogel-Polsky, Eliane, «Les impasses de l'égalité», in *Parité-Infos*, hors-série n° 1 (mai 1994), Paris, Presse d'Aujourd'hui, 1994.

Ana Maria Braga da Cruz